

Nós estamos vivendo um processo em que a Saúde tem sido entregue para as organizações sociais, para as OSS, e muitas das vezes em que isso acontece, os servidores são transferidos para essas OSS e perdem... Sr. Presidente, o senhor pode garantir o silêncio...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, peça às Sras. e aos Srs. Deputados que mantenham o silêncio em respeito à nossa oradora na tribuna.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, Srs. Deputados. Deputado Carlos Cezar, deputado Gil Diniz, Paulo Mansur, Jorge Wilson, nossa oradora está pedindo silêncio da tribuna para poder...

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Como eu estava dizendo, muitas vezes esses servidores da Saúde são transferidos para as organizações sociais e perdem o direito à contagem do tempo de serviço, perdem o direito ao prêmio incentivo, perdem o direito ao prêmio produtividade médica, perdem o direito a outras rubricas que são inseridas aí no tempo em que esse profissional da Saúde acaba prestando os seus serviços para a Saúde do estado de São Paulo.

Nós estamos com esse projeto de lei, o PLC nº 147, de 2023, e nós estamos corrigindo essa injustiça que tem sido cometida ao longo de muitos anos aqui no estado de São Paulo.

Quero parabenizar o secretário do estado de Saúde, com certeza o doutor Eleuses compreendeu essa demanda fundamental para que nós tenhamos aí, quanto à transferência desses profissionais, que eles tenham os seus direitos permanecendo nos seus salários e também a contagem do tempo de serviço.

Eu quero parabenizar então os servidores que estão nessa luta, como disse o deputado Marcolino, há muito tempo, e dizer para os meus companheiros do Hospital Nestor Goulart Reis, de Américo Brasiliense, que a gente continua a luta, tentando evitar que a OS assuma esse hospital.

De qualquer forma, se, e na eventualidade de isso acontecer, pelo menos essa lei vai salvaguardar um pouco desse problema que vocês vão enfrentar. De qualquer forma, eu estou dividindo o meu tempo com a deputada Beth Saão, então eu quero chamar a deputada para terminar aí o tempo que nos cabe.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então, para compartilhar o tempo de encaminhamento, com a palavra, a deputada Beth Saão.

A SRA. BETH SAÃO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, deputada Márcia Lia. Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de me manifestar diante desse projeto, já que a gente sabe que, infelizmente, a Saúde, hoje, uma boa parte dela no estado, é tomada pelas organizações sociais.

Nós, inclusive, temos aqui, deputado Alex Madureira e eu, se não me engano, um conselho do qual nós fazemos parte, para acompanhar o trabalho das Organizações Sociais de Saúde.

A gente sabe que essas Organizações Sociais de Saúde, quando chegam ao município, quando ganham uma licitação, apropriam-se de todo o sistema de Saúde da cidade e desvalorizam os servidores que são concursados, servidores públicos. Não só aqueles servidores do estado que já prestavam o serviço para as prefeituras, mas também das autarquias na cidade onde existem essas autarquias.

Então, um projeto como esse repara, na verdade, uma grande injustiça em relação aos servidores concursados, servidores públicos da Saúde dos municípios, que foi esvaziada.

Há muito tempo a Secretaria Estadual de Saúde transfere as suas responsabilidades para poder executar um serviço de Saúde de qualidade no estado para organizações sociais, e essas organizações sociais de Saúde, a gente sabe disso, nós já fizemos aqui CPIs nesse sentido...

Infelizmente o controle, deputado Marcolino, sobre essas organizações, V. Exa. sabe que é muito deficiente. Na verdade, elas fazem aquilo que elas querem e apresentam, muitas vezes, resultados pífios, deixando a população, que precisa tanto do atendimento à saúde, muitas vezes sem estender e com um alcance muito pequeno nesse atendimento.

O Datafolha, a “Folha de S. Paulo” trouxe, neste último final de semana, uma pesquisa que aponta que o principal problema do País, segundo a opinião pública, é exatamente o atendimento à saúde, e o Governo do Estado há muitos anos já não consegue atender essa demanda tão importante. Na verdade, é a principal demanda da população do nosso país e da população paulista.

Portanto, em um projeto como este, eu faço coro com a deputada Márcia Lia. Foi uma iniciativa até que bastante interessante do secretário Eleuses Paiva, o qual a gente já recebeu aqui na Comissão de Saúde por duas ocasiões, para que ele viesse prestar contas das suas atividades, mas é muito pouco ainda diante daquilo que a Secretaria Estadual da Saúde precisa.

Na verdade, a Saúde no estado é que deveria ser dividida

de uma forma tripartite, ou seja, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e governos municipais.

Acaba o Governo do Estado tirando boa parte da sua responsabilidade nos repasses de recursos para a Saúde, porque é muito fácil você ir a uma cidade, construir um hospital, construir um ambulatório médico de especialidade, um AME, mas depois o problema da Saúde está exatamente na manutenção.

A manutenção é cara, e o governo estadual tem contribuído muito pouco nesse sentido. As despesas da Saúde acabam ficando sob responsabilidade do Ministério da Saúde e também das secretarias municipais de Saúde.

Portanto essa iniciativa por parte da Secretaria Estadual é bem-vinda. Ela repara um atraso, já com muito atraso, mas nunca é tarde para que de fato os servidores da Saúde possam ser recompensados pelo seu esforço, pelo seu trabalho, pela sua dedicação e, sobretudo, pela sua experiência.

E é tão verdadeira essa experiência que as organizações sociais, quando entram para prestar serviço em uma prefeitura, utilizam os servidores que já estão ali para poder prestar serviço para elas, o que, na minha opinião, é absolutamente inaceitável.

De qualquer modo, o funcionamento tem sido assim, então isso é o mínimo que a gente espera do governo. Portanto o nosso partido, toda a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, votará favoravelmente a esse projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma pequenina comunicação?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem dois minutos Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada. Eu quero fazer coro com as duas falas que me antecederam - as três, aliás -, sobre esse prêmio para os trabalhadores da Saúde e dizer o seguinte: nós votamos favoravelmente porque a gente não rasga dinheiro e a gente sabe da pauperização do funcionalismo público.

Mas há que se pensar em uma política de valorização que incorpore prêmios, bônus, gratificações como ter um salário base mais, como eu diria, mais atrativo, até para ter mais profissionais cada vez mais qualificados, seja na Saúde, na Educação, em todo o ramo do funcionalismo público. Não dá para a gente contar com o dinheiro em um mês, mas não saber se no ano que vem vai ser de um jeito ou de outro.

Então essa luta é incansável. A gente sempre trabalha com a seguinte palavra de ordem, pela incorporação dos bônus, gratificações, porque é incorporando que nós podemos ter um salário-base que venha dar um poder de compra.

O poder de compra nosso, deputado Marcolino, é um poder de compra que está difícil. Se você pega o do professor, em 2010, era 59% acima do piso, hoje é abaixo. A mesma coisa os profissionais da Saúde. Então, pensar, esta Casa pensar em um plano de valorização dos servidores públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Em votação o projeto, salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados

que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação as emendas englobadamente, com o parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Registro voto favorável às emendas da Federação PT/PCdoB/PV

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrado o pedido de Vossa Excelência.

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.559/2023, de autoria do Sr. Governador. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emendas.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Em votação as emendas com o parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Registro voto favorável às emendas da Federação PT/PCdoB/PV

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - As emendas da bancada PT/PCdoB/PV, está registrado o pedido de Vossa Excelência.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.685/2023, de autoria da Mesa. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto com parecer favorável. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Desculpe, Ediane.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de fazer uma fala aqui. Inclusive, já está acabando, já está acabando. Vamos entrar de férias, mas é importante.

Eu fiquei pensando, na última sexta-feira, como que um deputado se presta ao serviço de subir aqui no plenário para fazer uma fala horrorosa. Inclusive, usando uma moção de repúdio que eu fiz e, reafirmo que fiz, até porque não sou eu, deputado Lucas Bove, não sou eu: somos nós.

Nós, brasileiros, paulistanos que repudiamos toda e qualquer moção feita para colocar o ex-presidente, o qual vocês insistem tanto em chamar de presidente, mas é ex-presidente - inclusive, na história, o único que não foi reeleito. Então, importante colocar isso.

Não colocando o seu olhar de apoiador, admirador, mas colocando a divergência política que é necessária colocar nesta Casa. Então, não aceitarei, não tolerarei que o senhor suba neste plenário para falar que toda e qualquer moção de repúdio que eu indicar via mandato, que é um instrumento de trabalho desta Casa, que o senhor, junto com outros deputados, irá enterrar de cabeça para baixo. É lastimável, vergonhoso, até porque essas falas já mataram muita gente.

Então, eu quero muito que o senhor se retrate, que o senhor entenda que eu continuarei, sim, fazendo as minhas moções. Eu não falo por mim, falo pelas pessoas que me elegeram, que me colocaram nesta Casa.

Eu não vou aceitar ser colocada, como se as minhas moções de repúdio ao ex-presidente, que queria, lá em São Bernardo do Campo, receber um... Como que fala mesmo? Acho que o senhor pode falar até melhor. Como cidadão honorário são-bemardense. Ou seja, ele nem sequer de lá é. É lastimável, vergonho que alguém faça uma moção dessa.

Bom, está colocado aqui o meu repúdio. Continuo falando que continuarei, sim, mandando as minhas moções de repúdio assim que for necessário. Toda vez que vier alguma moção de aplauso ou qualquer outra coisa direcionada para o Bolsonaro, vou, sim, colocar moção de repúdio. Que o senhor já fique sabendo disso.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Lucas Bove.

Antes, porém, só fazer uma convocação às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a realizar-se hoje, cinco minutos após o encerramento da presente sessão, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de oferecer a redação final ao Projeto de lei Complementar nº 143, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Com a palavra, o deputado Lucas Bove para uma comunicação.

O SR. LUCAS BOVE - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Sou obrigado a vir a este microfone restabelecer a verdade novamente. Só para primeiro, deixar claro que é habitual que se chama ex-presidentes de “presidentes”, assim como chamamos o senador Suplicy de “senador”. Quem inventa palavras é a esquerda. A gente não inventa palavra, a gente não inventa expressão. Quem tem mania de mudar a língua portuguesa são vocês.

Então, o presidente Bolsonaro foi homenageado em São Bernardo do Campo, como é da função do vereador Paulo Chuchu, que fez uma bela homenagem ao presidente Bolsonaro e ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, que presta um excelente papel à sociedade e ao povo paulista e é um dos deputados mais votados do país. Então, a primeira colocação é essa.

E eu fico feliz que a senhora assista aos meus discursos, ainda que com duas semanas de atraso, porque essa fala tem duas semanas já. Mas tudo bem, vamos parar de votar aqui o aumento de salário de professores, o orçamento do ano que vem, para discutir algo de duas semanas atrás. Se a senhora quer fazer isso, não tem problema nenhum.

Eu disse aqui na tribuna que nós vamos reprovar essa moção, porque, caso a senhora não conheça o procedimento aqui, ela passa nas comissões, e nós temos maioria na comissão.

Por isso, eu disse e reafirmo que a sua moção será reprovada, porque temos maioria. Apesar do barulho da minoria, a maioria vence. Então, a sua moção será enterrada de cabeça para baixo, sim, porque nós não aceitaremos uma moção de repúdio a um vereador que fez uma homenagem que lhe compete, que faz parte do seu mandato.

Eu em momento algum disse que a senhora não tinha o direito de fazer a moção de repúdio. A senhora tem todo o direito, pois é regimental, assim como nós temos o direito de reprová-la, porque é regimental, assim como eu tenho o direito de subir à tribuna e dizer que sou contrário à sua moção de repúdio e que trabalharei contra ela. Isso faz parte do jogo democrático. Se a senhora ficou brava porque estou exercendo a democracia aqui dentro, o meu direito, eu sinto muito.

Sempre tratei a senhora com respeito, não é nada pessoal, ao contrário de vocês, que têm coisas pessoais em relação ao presidente Bolsonaro. Mas reafirmo aqui, respeitosa e com todas as letras: a sua moção será reprovada nesta Casa, pois somos a maioria, com todo o respeito, Sra. Deputada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Esgotado o tempo da presente sessão, está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.

* * *

14 DE DEZEMBRO DE 2023 157ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e CARLOS CEZAR

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - DR. ELTON
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - DR. ELTON
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - DR. ELTON
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - DR. ELTON
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
13 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido e suspende a sessão às 14h56min, reabrindo-a às 16h33min.

ORDEM DO DIA

14 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PDL 43/23.

15 - PAULO FIORILO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 50 minutos, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Anota o pedido. Convoca, para hoje, reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, a realizar-se às 16 horas e 40 minutos.

17 - EDUARDO SUPLICY

Para comunicação, faz pronunciamento.

18 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido do deputado Paulo Fiorilo. Suspende a sessão às 16h36min.

19 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h55min. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

20 - PAULO FIORILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada, hoje, dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Passamos, então, ao nosso Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Fabiana Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, deputado Suplicy, deputado Reis, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, nós estamos acompanhando aqui, já preparando uma grande mobilização, não só no estado de São Paulo, mas no Brasil, contra a tentativa de um golpe na Educação.

Eu me refiro aqui à tentativa da Câmara dos Deputados em votar o projeto de lei, o relatório, na verdade, feito pelo deputado Mendonça Filho, que foi ministro da Educação do Temer, que baixou a Reforma do Ensino Médio, a farsa da Reforma do Ensino Médio, que causou todo este caos que nós estamos vendo no ensino médio, prejudicando mais de sete milhões de alunos no ensino médio, sobretudo das escolas públicas do Brasil.

O governo federal encaminhou um projeto de lei modificando essa proposta que foi aprovada por medida provisória, inclusive, na época... Que os estudantes foram contra, os professores, toda a sociedade praticamente foi contra a Reforma do Ensino Médio, a farsa da Reforma do Ensino Médio do governo Temer.

Só quem defendeu a reforma foram as instituições, as entidades empresariais. Essas, sim, defenderam, porque o objetivo central da reforma apresentada pelo Temer era de formar mão de obra barata para o mundo do trabalho precarizado, impedindo que os nossos alunos pudessem ter formação geral, formação crítica, formação voltada para o pleno exercício da cidadania.

No entanto, o governo federal, após uma ampla mobilização de estudantes, de professores no Brasil, encaminhou um projeto de lei, que tem defeitos, mas avançaria bastante no sentido de... Uma espécie de revogação da reforma do Temer.

No entanto, Sr. Presidente, nós tivemos um caso surreal. O Arthur Lira, que manda hoje na Câmara dos Deputados, designou como relator desse projeto - do governo Lula - o Mendonça Filho, deputado federal, que foi o autor da reforma do Temer.

Um escárnio total. E eles conseguiram aprovar ontem, na Câmara dos Deputados, o regime de urgência desse projeto. Ele vai entrar em votação na próxima semana, já no mérito, na próxima terça-feira.

Isso representa um verdadeiro golpe em toda a mobilização, golpe nos alunos do ensino médio, porque esse modelo de Educação é um modelo que, na verdade, repito, forma o aluno para entregar pizza, para andar de bicicleta entregando alimentação. Não forma o aluno para entrar na universidade, porque é um modelo que reduz drasticamente o número de disciplinas obrigatórias e importantes.

É uma redução drástica, sobretudo, de Filosofia, Sociologia, Artes, Biologia, História, Geografia... Essas disciplinas são todas escanteadas por essa reforma. O aluno fica sem condições de prestar, por exemplo, um vestibular, ela vai com muita dificuldade.

É o que já está acontecendo aqui porque o Renato Feder, secretário da Educação, publicou há um mês atrás uma resolução diminuindo já as aulas de filosofia e sociologia no ensino médio, de história e artes também. Até mesmo no ensino fundamental houve a diminuição de aulas de história e de artes, para

introduzir ensino religioso e educação financeira, já nessa linha da reforma do Temer.

Mas vai ter muita mobilização em todo o Brasil dos estudantes, dos professores, das entidades representativas que lutam, de fato, por uma educação pública gratuita e de qualidade social para todos, uma Educação que, de fato, prepare o nosso aluno para o pleno exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

Essa é a Educação que nós queremos, uma Educação libertadora, emancipadora e esse não é o projeto, o relatório defendido pelo Mendonça Filho. Ele quer reeditar aqui uma outra reforma do ensino médio 2.0. É isso que está em jogo hoje, então é muito importante a mobilização.

Quero dizer que quem pediu o regime de urgência dessa vez foi o Partido Novo, deputado Reis, e conseguiu pegar as assinaturas, porque hoje a Câmara dos Deputados é constituída basicamente por deputados da direita e da extrema direita. Todos, em geral, comprometidos com essa visão neoliberal e com o mercado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Convidando agora para fazer o uso da palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente Gilmaci Santos, nosso candidato designado. Cumprimentar o deputado Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, o público presente, os integrantes da Polícia Penal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, público presente e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede AleSp.

Presidente, eu... Teve um ato ontem, onde participou o governador Tarcísio de Freitas e o presidente Lula, e foi para anunciar a liberação de mais de dez bilhões para obras de mobilidade em São Paulo. Os dez bilhões serão transferidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Esses dez bilhões representam um terço dos 32,1 bilhões que serão liberados para os estados e faz parte do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Eu gostaria de passar um vídeo, porque estava um clima muito afável, um clima bastante amistoso em que foi anunciado a liberação desses dez bilhões. Pedir à assessoria técnica, por favor.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Eu fiz questão de passar esse vídeo aqui, Suplicy, para registrar esse ato. Ao que me parece, o Lula “tarcisou”, ele está ajudando bastante São Paulo com esse empréstimo, com essa liberação de recurso, mas ajudando principalmente o governador na sua agenda.

Irão para o projeto do trem entre São Paulo e Campinas 6,4 bilhões, o Trem Intercidades que, inclusive, nós aprovamos aqui a autorização para que pudesse ter esse empréstimo. O Trem Intercidades tem um custo estimado de 13,5 bi. Será feito por parceria público-privada, PPP, cujo leilão está marcado para fevereiro.

O governo de São Paulo deve arcar com 8,5 bilhões desse custo. Os 3,6 bilhões restantes irão para as obras, que já estão em andamento, do prolongamento da Linha Verde do Metrô, do trecho que vai da Estação Vila Prudente até a Estação Penha, onde haverá integração à Linha 3 Vermelha e à Linha 11 Coral, da CPTM.

Cabe destacar o caráter republicano do governo Lula que, antes de tudo, se preocupa e trabalha para o povo, por isso determinou ao BNDES a liberação desses recursos para o governo de São Paulo e outros governos. Esse é o caráter dessa deliberação, melhorar o transporte, os meios de locomoção, para o povo de São Paulo.

Eu fico pensando, analisando aqui, o que estão pensando os bolsonaristas, que os bolsonaristas já dizem que “a esquerda é inimiga deles”. Se os bolsonaristas dizem que a esquerda é inimiga deles, eles também são nossos inimigos. Não são adversários, são inimigos. Mas o Bolsonaro deve estar falando assim: “Tarcísio, eu vou proibir isso aí, está ok?”.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão.

O SR. REIS - PT - Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Com a palavra deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.)

Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.)

Passamos à Lista Suplementar. Com a palavra deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Prezado presidente Gilmar Santos, primeiro gostaria de reiterar apoio às palavras do deputado Reis com respeito ao bom encontro que houve em Brasília, entre o presidente Lula, a sua equipe de ministros, o presidente do BNDES e o governador Tarcísio de Freitas, para um passo fundamental no programa de aceleração do crescimento, onde o presidente Lula e o BNDES concederam ao governo do estado de São Paulo mais de 10 bilhões de reais, para que possa ser realizada a construção e funcionamento desta estrada de ferro que vai ligar São Paulo a Campinas, uma das principais, se não a principal cidade do interior, e isso beneficiando muitas outras cidades e localidades ao longo desse trajeto. Foi importante esse clima de cooperação mútua havido ali no Palácio do Planalto.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de hoje assinalar a boa matéria que “O Globo” publica hoje sobre a Cannabis medicinal: “As decisões judiciais para obrigar o fornecimento, saltam de 377,9%, e estimulam leis para a inclusão no SUS.

A alta de decisões judiciais que obrigam o Poder Público a garantir o fornecimento de produtos terapêuticos da base de Cannabis tem motivado a criação de leis estaduais para inclusão dos fármacos no Sistema Único de Saúde. Levantamento feito pelo ‘O Globo’ com alguns dos estados mais populosos do país, com números do Ministério da Saúde, mostram que foram gastos 40 milhões de reais em 2023, até outubro, para atender os pacientes.

Em âmbito federal, dados mais recentes contabilizados pela pasta da Saúde mostram que somente no primeiro trimestre foram gastos R\$ 767.906,00, um aumento de 377,9% em relação ao contabilizado durante todo o ano de 2021, que foi de R\$ 160.690,00. No ano passado o montante já havia chegado a R\$ 1.671.701,00, valor que deve ser ultrapassado em quase duas vezes em 2023.

Nos estados, o levantamento do ‘O Globo’ com as unidades da Federação mais populosas mostram que até outubro foram destinados ao menos 39,1 milhões, de acordo com dados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo. Apenas o estado de São Paulo responde por 25,6 milhões de reais. Procurados, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Pará não informaram os valores.

Temos uma legislação que permite importar, mas não permite o cultivo para a produção no país. Então, na prática, o custo é pouco acessível e a pessoa que não tem uma condição financeira confortável fica privada do acesso. Diante disso, desse cenário, a judicialização é uma forma de garantir o acesso mediante custeio público, explica Natan Duek, ex-advogado membro da comissão de direito do setor da Cannabis medicinal da UAB do Rio de Janeiro, mestre da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.